



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 018. PROVA OBJETIVA

### Conhecimentos Específicos (2)

#### AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (CÓD. 018)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO TRIBUTÁRIO

**01.** O Município X, com o objetivo de reduzir o déficit do seu regime previdenciário, resolve aumentar, mediante lei própria, a alíquota da contribuição previdenciária cobrada de seus servidores de 11% para 14%, que se situa acima da alíquota cobrada pela União de seus próprios servidores.

A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) o aumento da alíquota é inconstitucional, pois os Municípios não podem estabelecer alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores públicos acima do fixado pela União para seus próprios servidores.
- (B) não se trata de contribuição de natureza tributária, motivo pelo qual não se aplicam as regras de direito tributário aos créditos decorrentes da cobrança de contribuições para o regime próprio de previdência.
- (C) os Municípios não têm competência para a modificação da legislação previdenciária, que é de competência da União Federal, motivo pelo qual deve ser suspensa a cobrança até que sobrevenha lei federal com ela compatível.
- (D) a cobrança da alíquota majorada deverá aguardar necessariamente ao menos noventa dias após a entrada em vigor da lei para ser cobrada em virtude da chamada anterioridade nonagesimal.
- (E) as espécies tributárias previstas pela Constituição na competência dos Municípios são apenas os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, motivo pelo qual deve ser considerada como inconstitucional a modificação realizada por lei municipal.

**02.** O Prefeito do Município Y está com dificuldades de financiar a expansão da rede de iluminação pública da Cidade, que é uma das principais reclamações da população. Acreditando contar com apoio do povo da cidade para a medida, o Prefeito propõe à Câmara Municipal lei com o objetivo de criar a nova “taxa municipal de custeio do serviço público de iluminação”.

Com base na Constituição Federal, é correto afirmar quanto à juridicidade da lei proposta que

- (A) ela deveria ser aprovada pela Câmara Municipal, por se adequar à hipótese de incidência das taxas de competência municipal, em decorrência do evidente interesse local na matéria.
- (B) ela deveria ser rejeitada pela Câmara Municipal, por se tratar de serviço público indivisível, fora, portanto, do âmbito de financiamento por meio de taxas.
- (C) ela deveria ser aprovada pela Câmara Municipal, desde que fosse criado concomitantemente um fundo especial com o objetivo de destinar os recursos arrecadados pela taxa.
- (D) ela deveria ser rejeitada pela Câmara Municipal, por se tratar o sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de um tema da competência da União Federal.
- (E) ela deveria ser rejeitada pela Câmara Municipal, por se tratar de hipótese de criação de contribuição da competência do Município e não de taxa.

**03.** Corresponde à previsão constitucional do princípio da irretroatividade em matéria tributária a vedação a

- (A) estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- (B) cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- (D) utilização de tributo com efeito de confisco.
- (E) cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

**04.** É vedado à União Federal:

- (A) tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações.
- (B) conceder de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- (C) estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.
- (D) instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro.
- (E) instituir impostos sobre empresas públicas estaduais ou municipais que se dediquem a atividades econômicas e destinem o produto das suas receitas às finalidades estipuladas na lei de sua criação.

**05.** O Simples Nacional é um regime diferenciado de tributação que engloba tributos da competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, e dos Municípios.

A respeito desse regime, é correto afirmar que

- (A) foi criado em decorrência de internalização de tratado internacional, em vista da necessidade de desburocratizar o recolhimento de impostos no Brasil, em face às metas impostas pela OCDE.
- (B) engloba apenas impostos e taxas da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não abarcando as contribuições sociais.
- (C) estabelece tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, sendo a sua adoção sempre opcional para o contribuinte.
- (D) não poderão ser estabelecidas em lei complementar de iniciativa da União condições de enquadramento diferenciadas por Estado.
- (E) a União fará a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados após comprovação da adimplência destes em relação à obrigação constitucional de aplicação mínima em saúde e educação.

- 06.** A respeito do imposto sobre produtos industrializados, é correto afirmar com base na Constituição Federal que
- (A) será seletivo em função da essencialidade do produto.
  - (B) incidirá também nas operações de venda destinadas ao exterior.
  - (C) será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de plantas industriais improdutivas.
  - (D) será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da não cumulatividade.
  - (E) terá majorado seu impacto na aquisição do exterior de bens de capital pelo contribuinte.
- 07.** É facultado ao Poder Executivo Federal, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos elencados em:
- (A) imposto sobre produtos industrializados, imposto extraordinário e imposto sobre importação.
  - (B) imposto de importação, imposto de exportação e imposto sobre renda.
  - (C) imposto sobre renda, imposto sobre exportação e imposto sobre importação.
  - (D) imposto sobre operações financeiras, imposto sobre produtos industrializados e imposto sobre renda.
  - (E) imposto sobre exportação, imposto sobre importação e imposto sobre operações financeiras.
- 08.** A respeito do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, é correto afirmar que
- (A) as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão jamais ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.
  - (B) resolução do Senado Federal, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
  - (C) deverá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
  - (D) tem suas alíquotas fixadas por lei nacional (“Lei Kandir”), de maneira a mitigar os problemas decorrentes da chamada “guerra fiscal”.
  - (E) a isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.
- 09.** Fulano de Tal quer presentear o seu filho único com um apartamento em função do casamento deste. Para evitar a incidência de impostos sobre esse presente, Fulano de Tal propõe ao seu filho que assinem contrato de mútuo, por meio do qual Fulano de Tal justificará o incremento patrimonial de um ano para outro, evitando com isso problemas junto à receita federal, estadual e municipal. Com os recursos “emprestados”, seu filho fará diretamente a aquisição do imóvel em seu nome. Fulano de Tal não pretende, porém, cobrar o pagamento do empréstimo em nenhum momento no futuro, de modo que o contrato de mútuo permanecerá vigente até a morte do pai.
- A respeito da situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) embora questionável do ponto de vista ético, a operação se mostra como situação válida de planejamento tributário, evitando a realização do fato gerador do imposto de renda, de competência da União, e do imposto sobre circulação de bens, de competência dos Estados.
  - (B) em que pese ter evitado a incidência do imposto sobre a transmissão do imóvel, o negócio jurídico firmado entre o pai e o filho poderá resultar na incidência de imposto de competência da União.
  - (C) a intenção de Fulano de Tal de vir a cobrar ou não o empréstimo é irrelevante para fins de identificação do tributo eventualmente devido, não afetando a interpretação a ser dada aos fatos, para fins da definição da incidência tributária.
  - (D) a autoridade administrativa estadual poderá desconsiderar o negócio jurídico simulado entre o pai e o filho, pois foi realizado com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do imposto sobre doação de bens ou direitos de qualquer natureza.
  - (E) além de justificar o incremento patrimonial, relevante para fins de imposto de renda, com a assinatura do contrato de mútuo evita-se também a incidência de imposto municipal sobre a transferência a título gratuito do imóvel do pai para o filho.

10. A empresa ABC Logística Ltda. ("ABC") é dedicada à atividade de locação de galpões logísticos e possui imóvel não utilizado em suas atividades que gostaria de destinar à venda. Outra empresa, a XYZ Sociedade de Arrendamento Mercantil S/A ("XYZ"), interessada no imóvel em questão, propõe à ABC a seguinte operação, com o objetivo de reduzir a incidência de impostos: (i) cisão da empresa ABC, com destinação do imóvel ao patrimônio de nova empresa resultante da cisão chamada SPE Consultorias Ltda. ("SPE"), seguida imediatamente de; (ii) aquisição pela XYZ da integralidade das ações da SPE detidas pela ABC; e de, (iii) incorporação integral da SPE pela XYZ.

A respeito dessa operação, assinale a alternativa correta.

- (A) A operação resultará em economia de impostos municipais, pois não incide ITBI nas operações de transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em decorrência de cisão.
- (B) A operação não resultará em economia de impostos municipais, em decorrência da atividade econômica a que se dedica a empresa adquirente final do imóvel, que corresponde à exceção à imunidade constitucional.
- (C) A operação resultaria em economia de impostos caso, em lugar da operação de cisão, fosse utilizada em substituição à SPE uma empresa "de prateira", pois não incide ITBI nas operações de transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em decorrência de realização de capital.
- (D) A operação não resultará em economia de impostos municipais, pois, embora haja imunidade constitucional do ITBI na transmissão do imóvel relativamente à operação de cisão, o mesmo não ocorre quanto à posterior operação societária de incorporação da empresa SPE.
- (E) A operação não resultará em economia de impostos municipais, em decorrência da atividade econômica a que se dedica a empresa vendedora do imóvel, que corresponde à exceção prevista à imunidade constitucional.

11. A legislação municipal do Município W previa em 2017 multa de 200% do valor atualizado do imposto devido, caso identificada determinada omissão de conduta do contribuinte, no curso de fiscalização. No ano de 2018, após iniciada fiscalização na associação "X", a legislação municipal é modificada, introduzindo maiores poderes de investigação das autoridades administrativas, mas reduzindo a multa de 200% para 150%. Em vista da situação hipotética e da legislação nacional, é correto afirmar que

- (A) a nova lei será aplicada imediatamente quanto à multa, sendo devida a multa de 200% para as infrações praticadas anteriormente à sua vigência; quanto aos poderes de fiscalização, serão aplicados à fiscalização em curso por ter esta se encerrado após a vigência da lei.
- (B) a nova lei será aplicada retroativamente à fiscalização no que se refere à redução da multa por infração à legislação tributária; quanto aos poderes de fiscalização, não serão aplicados à fiscalização em curso por ter esta se iniciado antes da vigência da lei.
- (C) a nova lei não será aplicada retroativamente quanto à multa, por se tratar de caso de fraude à legislação; quanto aos poderes de fiscalização, a aplicação da lei ao caso hipotético é possível, desde que se reinicie a fiscalização.
- (D) a nova lei será aplicada imediatamente quanto à multa, sendo devida a multa de 200% para as infrações praticadas anteriormente à sua vigência; quanto aos poderes de fiscalização, não serão aplicados à fiscalização em curso por ter esta se iniciado antes da vigência da lei.
- (E) a nova lei será aplicada retroativamente à fiscalização no que se refere à redução da multa por infração à legislação tributária; quanto aos novos poderes de fiscalização, serão estes aplicáveis a eventual lançamento tributário ainda que relativo a fatos geradores ocorridos anteriormente.

12. A respeito do domicílio tributário na legislação, é correto afirmar que

- (A) na falta da eleição, considera-se domicílio tributário das pessoas jurídicas de direito público, o local de sua sede principal.
- (B) na falta da eleição pelo contribuinte, considera-se domicílio tributário das pessoas jurídicas de direito público internacional, o centro de suas atividades, ainda que esporádicas.
- (C) a autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.
- (D) não é possível a eleição de domicílio tributário pelo responsável tributário, mas apenas pelo contribuinte.
- (E) considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável, no caso de impostos reais, o lugar da situação dos bens que deram origem à obrigação.

**13.** Auditor fiscal municipal lança auto de infração contra empresa prestadora de serviços com base em arbitramento da base de cálculo do imposto a partir de créditos recebidos em conta corrente bancária pela empresa, em razão da não apresentação, por esta, da escrituração contábil quando solicitada. No prazo da impugnação prevista no devido processo administrativo fiscal, a empresa junta a escrituração contábil e fiscal que fora solicitada, escusando-se pela intempestividade na entrega dos documentos, causada por negligência de seus contadores terceirizados. Em análise dos documentos, o auditor responsável pelo julgamento da impugnação, observa que o imposto efetivamente devido é cerca de 30% menor do que o lançado a partir do procedimento de arbitramento utilizado no auto de infração objeto do recurso.

Com base na situação descrita e na legislação nacional, é correto afirmar que

- (A) a reabertura do auto de infração anterior para a modificação do valor apurado apenas seria possível caso a diferença apurada fosse favorável ao Fisco, uma vez que o contribuinte deu causa ao lançamento por arbitramento.
- (B) houve preclusão do direito do sujeito passivo de juntar a documentação solicitada anteriormente, consolidando-se o lançamento anterior quanto ao que dependa da apuração contábil da receita decorrente da prestação de serviços.
- (C) a reanálise da base tributável apenas será possível em caso de desconstituição do auto de infração original, por meio de ação anulatória proposta no prazo máximo de 2 (dois) anos.
- (D) se trata de caso de revisão de ofício do lançamento por parte da autoridade administrativa, em face da apreciação posterior de fatos não provados por ocasião do lançamento anterior.
- (E) é possível a revisão de ofício do lançamento por parte da autoridade administrativa no caso, exclusivamente em razão de ter sido causada a intempestividade por negligência de terceiros, aos quais poderá ser aplicada multa por embaraço à fiscalização.

**14.** O contribuinte do ISS “TUC Ltda.” emite em 31 de janeiro de 2010 uma nota fiscal de serviços no valor de R\$ 100.000,00, sobre a qual incide alíquota de ISS de 5%. No prazo para o pagamento do imposto, o contribuinte paga R\$ 3.000,00 ao Município. Tendo em vista a legislação nacional, é correto afirmar que a autoridade administrativa terá para homologar ou não a conduta do contribuinte e lançar eventual diferença devida ao Município até a data de

- (A) 30 de janeiro de 2015.
- (B) 1º de janeiro de 2016.
- (C) 31 de dezembro de 2012.
- (D) 31 de janeiro de 2013.
- (E) 31 de dezembro de 2014.

**15.** Visando reduzir os efeitos da crise econômica, o Município Z institui por meio de lei com vigência de 5 (cinco) anos, moratória de impostos municipais para as empresas sediadas em seu território que comprovem, durante o período de vigência da lei, não ter realizado demissões sem justa causa de trabalhadores. A empresa B, por meio de seus contadores, obteve despacho favorável à adesão à moratória e há 3 (três) anos vem suspendendo o pagamento dos respectivos impostos municipais. Em auditoria de rotina, a administração tributária percebe que os contadores terceirizados da empresa B fraudaram os documentos que comprovariam a inexistência de demissões, sem consentimento da administração da empresa B.

Diante dessa situação, é correto afirmar que

- (A) o despacho que concedeu a moratória criou direito adquirido para a empresa B, devendo a empresa de contabilidade arcar ao final da vigência da lei com eventuais prejuízos causados à municipalidade.
- (B) o despacho que concedeu a moratória criou direito adquirido para a empresa B, devendo a empresa de contabilidade arcar imediatamente com eventuais prejuízos causados à municipalidade.
- (C) a concessão de moratória deverá ser revogada de ofício, cobrando-se a empresa B pelo crédito tributário suspenso com juros de mora, mas sem imposição de penalidade.
- (D) os impostos dos últimos três anos deverão ser cobrados apenas da empresa de contabilidade, com juros e multa, mantendo-se para o futuro a moratória concedida.
- (E) a concessão de moratória deverá ser revogada de ofício, cobrando-se a empresa B pelo crédito tributário suspenso com juros de mora e imposição de penalidade.

16. A empresa W é dona de dois terrenos vizinhos no Município R, cada um considerado um contribuinte distinto para fins de IPTU (SQL 1 e SQL 2). No terreno SQL 1, há uma edificação. Já no SQL 2, há apenas um terreno. No ano seguinte ao lançamento do IPTU, a empresa W observa que deixou de pagar o imposto relativo ao SQL 1, tendo pago apenas o IPTU relativo ao SQL 2. Para corrigir o problema, a empresa faz o pagamento a destempo com os respectivos juros e multa. Porém, novamente por erro, a empresa W, no momento desse pagamento a destempo, identifica equivocadamente o sujeito passivo do pagamento como sendo o SQL 2 e não o SQL 1. Não há no município lei autorizando a compensação de tributos.

Sobre a situação descrita, é correto afirmar, com base na legislação nacional, que

- (A) embora não haja lei municipal autorizando a compensação tributária, esta decorre das próprias normas gerais de direito tributário, sendo recomendável que a empresa entre com pedido de compensação do pagamento em duplicidade feito para o SQL 2 com a dívida do SQL 1.
- (B) é possível a realização de pedido de restituição do pagamento indevido feito à municipalidade em razão de erro na identificação do sujeito passivo, dando lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e da multa paga.
- (C) é possível a realização de pedido de restituição do pagamento indevido feito à municipalidade em razão de erro na identificação do sujeito passivo, mas não será possível a restituição dos juros de mora e da multa paga.
- (D) por se tratar de erro do próprio contribuinte, não é possível, no caso descrito, o deferimento de eventual pedido de restituição, não sendo também possível a compensação do imposto pago a maior com a dívida, diante da inexistência de lei autorizativa.
- (E) não é possível a compensação tributária no caso por se tratarem de impostos distintos, uma vez que para o SQL 2 é cobrado apenas o imposto territorial e para o SQL 1 é devido também o imposto predial.

17. Sobre a extinção do crédito tributário pela prescrição e pela decadência, é correto afirmar, com base na legislação nacional, que

- (A) o direito de constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados da data em que se tornar definitiva a decisão que anular, por vício formal, o lançamento anterior.
- (B) a prescrição se interrompe pela proposição da ação de execução fiscal pela Fazenda Pública.
- (C) a ação para a cobrança do crédito tributário decai em cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido lançado.
- (D) a ação para a cobrança do crédito tributário decai em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.
- (E) a prescrição não se suspende pela moratória ou parcelamento concedidos ao sujeito passivo.

18. Fulano de Tal deve R\$ 50.000,00 ao Município H em decorrência de taxas não pagas ao longo dos últimos quatro anos, sendo essa a sua única dívida entre credores públicos e privados. Após a inscrição do crédito em dívida ativa do Município, mas antes da proposição da execução fiscal, Fulano de Tal aliena por R\$ 500.000,00 o único bem de sua propriedade, um imóvel comercial gravado por cláusula de impenhorabilidade de valor venal de R\$ 600.000,00, a Beltrano da Silva, que não tem ciência de que o único bem de Fulano de Tal é o referido imóvel. Passados dois meses da alienação do imóvel, a Fazenda Pública do Município H propõe a devida execução fiscal. Regularmente citado a pagar a dívida, Fulano de Tal deixa de pagá-la, não apresentando qualquer bem à penhora no prazo legal. Após diligências de ordem do juiz da execução, nenhum bem penhorável é encontrado.

A respeito da situação descrita, é correto afirmar com base na legislação nacional que

- (A) a Fazenda Pública poderá apresentar ação para a anulação da venda do imóvel por Fulano de Tal, considerando-se que este foi reduzido à insolvência após a venda.
- (B) a alienação do imóvel é eficaz em relação a Fazenda Pública, considerando que ocorreu anteriormente à propositura da execução fiscal de cobrança da dívida.
- (C) diante da frustração da penhora de bens de Fulano de Tal, o juiz da execução fiscal deverá declarar a indisponibilidade de todos bens e direitos de Beltrano da Silva.
- (D) presume-se fraudulenta a alienação do imóvel, sendo ineficaz em relação à Fazenda Pública, de modo que o referido patrimônio poderá responder pelas dívidas de Beltrano da Silva.
- (E) o imóvel alienado não responderia pela dívida de Fulano de Tal mesmo antes da alienação, por seu gravado com cláusula de impenhorabilidade.

19. Quanto aos privilégios e às garantias do crédito tributário na falência, é correto afirmar que

- (A) a multa tributária não prefere aos créditos subordinados.
- (B) a cobrança judicial do crédito tributário está sujeita a habilitação em falência.
- (C) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, sem exceções.
- (D) o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar.
- (E) os créditos decorrentes da legislação do trabalho preferirão sempre aos créditos tributários, independentemente de seu valor.

20. O auditor fiscal municipal X está sendo investigado pela corregedoria do Município por possível prática de infração administrativa gravíssima. A investigação começou após denúncia anônima que mencionou o crescimento exponencial do patrimônio pessoal do auditor e de sua família, assim como o seu consumo supostamente incompatível com a sua renda. Para esclarecimento das denúncias, a corregedoria solicitou à administração tributária deste Município, mediante processo administrativo, cópia de notas fiscais de serviços emitidas em favor do auditor fiscal, assim como relação dos imóveis em nome do referido auditor constantes do cadastro imobiliário para fins de IPTU.

Diante dessa situação, com base na legislação nacional, é correto afirmar que

- (A) a autoridade administrativa poderá compartilhar apenas as notas fiscais de serviços, por se tratar de informação parcial relativa a outros sujeitos passivos que não ao auditor fiscal, sem a possibilidade de revelação da situação econômica desses sujeitos.
- (B) desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo no órgão correicional, é possível o compartilhamento das informações solicitadas mediante recibo que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.
- (C) a autoridade administrativa poderá compartilhar apenas as informações relativas ao cadastro imobiliário, por se tratar de informação que já consta publicamente nos cartórios de registro imobiliário.
- (D) a autoridade administrativa deve guardar sigilo completo das informações solicitadas, por se tratar de informações relativas à situação econômica ou financeira de sujeito passivo, detidas em razão do ofício fazendário.
- (E) as informações solicitadas apenas poderiam ser compartilhadas mediante decisão judicial, no interesse de investigação criminal, não sendo possível a sua transmissão para fins de apuração de infração administrativa.

21. Assinale a alternativa que contenha uma conta de resultado:

- (A) Despesas Antecipadas.
- (B) Receitas Diferidas.
- (C) Receita de Equivalência Patrimonial.
- (D) Provisão para Garantias de Assistência Técnica.
- (E) Depreciação Acumulada.

22. É uma conta do Passivo Circulante:

- (A) Passivos Contingentes.
- (B) Ações em Tesouraria.
- (C) Ajustes a Valor Presente do Recebimento de Vendas.
- (D) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.
- (E) Provisão para Garantia de Assistência Técnica.

23. Pelas atuais Normas Brasileiras de Contabilidade, é classificada como uma reserva de capital:

- (A) Reserva Estatutária.
- (B) Reserva de Prêmio na Emissão de Debêntures.
- (C) Reserva de Ágio na Emissão de Ações.
- (D) Reserva para Pagamento de Dividendo Obrigatório.
- (E) Reserva de Subvenções Governamentais para Investimento.

24. Assinale o único fato contábil que altera o valor do total das contas integrantes do Patrimônio Líquido de uma companhia:

- (A) reversão de um outro resultado abrangente para o resultado do exercício.
- (B) aumento de capital com incorporação de reservas de lucros.
- (C) constituição de reservas de lucro, após a apuração do resultado do exercício.
- (D) proposta de dividendos obrigatórios feita pela Administração da companhia.
- (E) compensação de prejuízos acumulados com reservas de lucros.

25. Uma sociedade, ao optar pela sua adesão às atuais Normas Brasileiras de Contabilidade por meio da adequação de seus relatórios financeiros àquelas normas, utilizou a prerrogativa, prevista em vários atos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), a apresentar os valores do seu imobilizado pelo seu custo atribuído (deemed cost). A diferença positiva entre este último e o valor registrado na escrituração da sociedade deverá ter contrapartida credora na conta de
- (A) Ajustes de Avaliação Patrimonial.
  - (B) Receitas de avaliação a valor justo.
  - (C) Reservas de Reavaliação.
  - (D) Reservas de Lucros.
  - (E) Ganhos decorrentes da aplicação do teste de recuperabilidade do valor dos ativos.

26. A Cia. América Central, que adota o método do inventário permanente para avaliação de seus estoques, apresentou os seguintes fatos contábeis relativos ao mês de fevereiro de 2019:

• Recebimento de vendas efetuadas em janeiro de 2019	229.000,00
• Constituição de Passivo – salários a pagar de fevereiro de 2019	77.000,00
• Receita Diferida transferida para conta de resultado	75.000,00
• Vendas efetuadas em fevereiro não recebidas no próprio mês	138.000,00
• Vendas efetuadas à vista no mês de fevereiro	53.000,00
• Custo das Mercadorias Vendidas das vendas efetuadas no mês	81.000,00
• Pagamento de compras a prazo efetuadas em janeiro de 2019	62.000,00

Calculando-se o resultado do mês de fevereiro de 2019 pelo regime de caixa e competência, pode-se concluir que

- (A) o resultado pelo regime de competência foi maior que o de caixa em R\$ 2.500,00.
  - (B) o resultado pelo regime de caixa é maior que o da competência em R\$ 112.000,00.
  - (C) a empresa apresentou prejuízo em fevereiro de 2019 pelo regime da competência.
  - (D) o resultado pelo regime de competência corresponde a um lucro de R\$ 33.000,00.
  - (E) o resultado pelo regime de caixa corresponde a um lucro de R\$ 282.000,00.
27. O lançamento contábil a ser efetuado pela sociedade empresária quando um banco lhe devolve duplicatas descontadas de sua emissão e que não foram pagas pelos sacados, é:
- (A) D Duplicatas a Receber  
C Bancos conta Movimento
  - (B) D Duplicatas Descontadas  
C Duplicatas a Receber
  - (C) D Duplicatas Descontadas  
C Duplicatas a Receber
  - (D) D Bancos conta Movimento  
C Duplicatas Descontadas
  - (E) D Duplicatas Descontadas  
C Bancos conta Movimento

28. Uma pessoa jurídica vendeu um imóvel de sua propriedade por R\$ 1.260.000,00 em 30 prestações iguais e consecutivas de R\$ 42.000,00, a primeira vencendo um mês após a entrega do imóvel ao comprador. A taxa de juros utilizada pela sociedade vendedora para calcular o valor do financiamento do imóvel nesse prazo foi de 2% ao mês sobre o valor à vista que ela cobraria. Considerando-se que a venda ocorreu a longo prazo, a sociedade deverá efetuar o respectivo ajuste a valor presente, o qual foi calculado em R\$ 319.350,00 (o valor foi arredondado para simplificar os cálculos). Em consequência, o lançamento correto do registro da venda, com os valores em R\$, que ela deverá efetuar em sua escrituração, para atender a legislação societária, é

(A) D Contas a Receber de Longo Prazo	1.579.000,00
C Ajuste a Valor Presente de Ativos	319.350,00
C Receita da Alienação de Ativo não Circulante	1.260.000,00
(B) D Contas a Receber de Longo Prazo	940.650,00
D Ajuste a Valor Presente de Ativos	319.350,00
C Receita da Alienação de Ativo não Circulante	1.260.000,00
(C) D Contas a Receber de Longo Prazo	1.260.000,00
D Ajuste a Valor Presente de Ativos	319.350,00
C Receita da Alienação de Ativo não Circulante	1.579.000,00
(D) D Contas a Receber de Longo Prazo	1.260.000,00
C Ajuste a Valor Presente de Ativos	319.350,00
C Receita da Alienação de Ativo não Circulante	940.650,00
(E) D Receita da Alienação de Ativo não Circulante	1.260.000,00
C Ajuste a Valor Presente de Ativos	319.350,00
C Contas a Receber de Longo Prazo	940.650,00

29. O montante dos juros sobre o capital próprio creditados pela companhia aos seus acionistas

- (A) não pode ser calculado sobre o valor dos ajustes de avaliação patrimonial.
- (B) é calculado sobre o valor total do patrimônio líquido, inclusive sobre o valor do lucro auferido no exercício, antes de sua tributação.
- (C) não pode ser deduzido do valor do dividendo obrigatório.
- (D) não está sujeito à tributação do imposto de renda na fonte.
- (E) é calculado pela Taxa Selic divulgada anualmente pelo Banco Central do Brasil.

30. Os seguintes dados, em R\$, foram extraídos da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Cia. Mirassol, relativos ao ano-calendário de 2018:

❖ Total do Patrimônio Líquido em 2017	820.000,00
❖ Constituição da reserva legal no exercício	43.500,00
❖ Lucro líquido do exercício	870.000,00
❖ Ajuste de avaliação patrimonial negativo	90.000,00
❖ Aumento de capital integralizado com conferência de bens	260.000,00
❖ Compra de ações em tesouraria	38.000,00
❖ Dividendos a pagar	65.000,00

O valor do patrimônio líquido da companhia em 2018, considerando-se que essas são todas as transações desse exercício a ele relativas, equivaleu, em R\$, a:

- (A) 1.795.000,00
- (B) 1.757.000,00
- (C) 1.800.500,00
- (D) 1.860.000,00
- (E) 1.822.000,00

31. Dados informados pela contabilidade da Cia. ABC relativos ao exercício findo em 2018:

BALANÇO PATRIMONIAL					
	2018	2017		2018	2017
Disponível	450.000,00	320.000,00	Fornecedores	310.000,00	380.000,00
Clientes	250.000,00	300.000,00	Contas a Pagar	220.000,00	210.000,00
Estoques	270.000,00	230.000,00	<b>PC</b>	<b>530.000,00</b>	<b>590.000,00</b>
<b>AC</b>	<b>970.000,00</b>	<b>850.000,00</b>	Emp. Longo Prazo	420.000,00	300.000,00
			<b>PNC</b>	<b>420.000,00</b>	<b>300.000,00</b>
Investimentos	200.000,00	130.000,00	Capital	280.000,00	280.000,00
Imobilizado	670.000,00	490.000,00	Reservas de Lucros	290.000,00	120.000,00
(-) Depreciação	(320.000,00)	(180.000,00)	<b>PL</b>	<b>570.000,00</b>	<b>400.000,00</b>
<b>ANC</b>	<b>550.000,00</b>	<b>440.000,00</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.520.000,00</b>	<b>1.290.000,00</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.520.000,00</b>	<b>1.290.000,00</b>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – 2018	
Vendas	1.455.000,00
(-) CMV	(740.000,00)
(-) Despesas de Depreciação	(140.000,00)
(-) Demais Despesas Operacionais	(430.000,00)
(-) Variações Monetárias Passivas	(45.000,00)
(+) Receita de Equivalência	70.000,00
(=) Lucro líquido do exercício	<b>170.000,00</b>

- O acréscimo do imobilizado em 2018 deve-se à aquisição de uma máquina, paga à vista, por R\$ 180.000,00.
- As variações cambiais passivas são decorrentes de empréstimos de longo prazo obtidos no exterior.
- A companhia obteve um novo aporte de empréstimos externos de longo prazo em 2018 no valor de R\$ 75.000,00.
- A conta de Passivo Circulante, *Contas a Pagar*, é utilizada exclusivamente para registrar a contrapartida credora de despesas operacionais ainda não quitadas pela companhia.

O valor dos fluxos de caixa das atividades operacionais em 2018 correspondeu, em R\$, a:

- 220.000,00
- 285.000,00
- 235.000,00
- 215.000,00
- 170.000,00

32. No início de um determinado exercício social, a Cia. Confiança adquiriu, pelo seu valor patrimonial, 40% (quarenta por cento) do capital votante da Cia Beta, o que representava 20% de seu capital total. O valor contábil registrado do investimento foi de R\$ 920.000,00. No final do período, a investida auferiu lucro líquido do exercício no valor de R\$ 450.000,00. Em consequência, a investidora registrará em sua contabilidade:

- receita operacional de R\$ 90.000,00.
- receita operacional de R\$ 160.000,00.
- dividendos a receber de R\$ 90.000,00.
- receita financeira de R\$ 200.000,00.
- dividendos a receber de R\$ 160.000,00.

33. Em 01.07.2018, a Cia. Ponta Grossa adquiriu um equipamento industrial no valor de R\$ 1.500.000,00, o qual foi colocado em funcionamento na mesma data. O equipamento tem vida útil estimada em 12 anos e não foi estimado valor residual do ativo, por falta de informações confiáveis. A entidade efetuou o *impairment test* (teste de recuperabilidade do valor dos ativos) no mês de dezembro do referido ano. As informações obtidas sobre o valor recuperável do ativo, na mesma data, foram as seguintes:

Valor líquido de venda pelo valor justo	R\$ 1.420.500,00
Valor presente dos benefícios futuros (valor em uso)	R\$ 1.465.000,00

Em 31.12.2018, o valor contábil do equipamento, corretamente apresentado no Balanço Patrimonial da companhia, em R\$, foi de:

- (A) 1.420.500,00.
- (B) 1.437.500,00.
- (C) 1.375.000,00.
- (D) 1.465.000,00.
- (E) 1.500.000,00.

34. As seguintes informações, em R\$, foram extraídas da Demonstração do Valor Adicionado da Cia. Jundiá, relativa ao exercício de 2018:

• Receita de venda de mercadorias e serviços	1.840.000,00
• Valor total das despesas de depreciação e amortização	130.000,00
• Custo das mercadorias vendidas	1.050.000,00
• Compras de serviços de terceiros	190.000,00
• Remuneração de capitais de terceiros	200.000,00
• Resultado da Equivalência Patrimonial	360.000,00
• Receitas Financeiras	170.000,00
• Lucros Retidos	350.000,00

À vista somente dessas informações, é correto afirmar que o Valor Adicionado Total a Distribuir da companhia nesse ano montou, em R\$, a

- (A) 1.130.000,00.
- (B) 830.000,00.
- (C) 1.000.000,00.
- (D) 1.200.000,00,
- (E) 870.000,00.

35. A Cia. Nova Paulista adquiriu o controle da Cia. Barueri, comprando 60% de suas ações com direito a voto., que é o único tipo de ação emitido pela controlada. O valor total do patrimônio líquido contábil da Cia. Barueri é de R\$ 2.500.000,00. Nas negociações, ambas as partes acordaram quanto ao valor justo dos ativos líquidos da controlada, estimado por peritos, que correspondeu a R\$ 2.800.000,00. O valor da transação equivaliu a 1.650.000,00. Ao escriturar a transação, a controladora lançará

- (A) uma menos-valia de 150.000,00.
- (B) um goodwill de 180.000,00.
- (C) uma mais-valia de 180.000,00 e goodwill de R\$ 30.000,00.
- (D) uma mais-valia de 300.000,00.
- (E) um ganho por compra vantajosa de R\$ 30.000,00.

- 36.** De acordo com o disposto na NBC TA 530, do Conselho Federal de Contabilidade, que trata de amostragem em auditoria, é correto afirmar que
- (A) nos testes de controles ou de observância, o auditor deve projetar, para a população, as distorções encontradas na amostra por meio de interpolação linear, num papel de trabalho destinado especificamente para tal fim.
  - (B) taxa tolerável de desvio é um valor monetário definido pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário não seja excedido pela distorção real na população.
  - (C) a seleção ao acaso, que é uma técnica de amostragem aplicada por meio de geradores de números aleatórios, é o tipo de amostragem estatística ideal e deve ser utilizada para definir a amostra de testes de detalhes de saldos de contas que sejam extremamente significativos para a entidade auditada.
  - (D) no caso de populações grandes, o tamanho real da população geralmente tem pouco efeito no tamanho da amostra, ao contrário de populações menores, quando a amostragem pode não ser tão eficiente quanto outros meios para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.
  - (E) na execução dos testes de detalhes, em que há grandes desvios de valores entre as contas auditadas, a eficiência da auditoria pode ser melhorada se o auditor utilizar um processo de amostragem totalmente randômico.
- 37.** Para obtenção de evidências de auditoria apropriada e suficiente, um dos tipos de procedimentos analíticos consiste
- (A) na investigação de flutuações e relações identificadas que sejam inconsistentes com outras informações relevantes ou que se desviem significativamente dos valores previstos.
  - (B) na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, financeiro e não financeiro, dentro ou fora da entidade e pode ser efetuada por meio de perguntas escritas formais ou informações orais informais.
  - (C) no exame do processo ou procedimento executado por outros, por exemplo, a observação pelo auditor da contagem do estoque pelos empregados da entidade ou da execução de atividades de controle.
  - (D) na execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade, mas que foram considerados inadequados para o auditor obter evidência de auditoria apropriada ou suficiente.
  - (E) na evidência de auditoria obtida pelo auditor como resposta escrita de terceiro (a parte que confirma) ao auditor, em forma escrita, eletrônica ou em outra mídia, não se restringindo a confirmação de saldos de contas, mas também informações sobre os contratos da entidade.
- 38.** O Passivo Fictício corresponde a
- (A) soma total do Passivo da sociedade que não pode ser coberto pela transformação em numerário de todos os ativos da sociedade.
  - (B) dívidas oriundas da aquisição de mercadorias ou insumos de produção sem a respectiva emissão da nota fiscal pela sociedade vendedora.
  - (C) obrigações para com terceiros, que ainda não se tornaram exigíveis em função de não ter ocorrido o seu fato gerador.
  - (D) títulos de crédito decorrentes de compra a prazo já pagos, mas não baixados da contabilidade da sociedade devedora.
  - (E) obrigações contingentes para com terceiros, para as quais o desembolso de recursos pareça altamente improvável ou que não possam ser estimados com segurança.
- 39.** De acordo com as atuais Normas Brasileiras de Contabilidade, na auditoria das doações e subvenções governamentais para investimento recebidas pela entidade auditada, deve-se verificar se a contrapartida credora do aumento do Ativo por elas gerado foi registrada corretamente em conta de
- (A) ajustes de avaliação patrimonial.
  - (B) reserva de capital.
  - (C) receita, diferida ou não, conforme o caso.
  - (D) receita de exercícios futuros.
  - (E) outros resultados abrangentes.
- 40.** Na auditoria das contas de resultado de uma empresa industrial, se uma despesa for lançada incorretamente como custo de produção do período, o valor do
- (A) estoque final de matérias-primas será subavaliado.
  - (B) custo das mercadorias vendidas será superavaliado.
  - (C) lucro líquido do exercício será superavaliado.
  - (D) estoque final de produtos em elaboração será menor do que o verdadeiro.
  - (E) custo da produção acabada será subavaliado.

41. Suponha que no Município de Campinas determinada empresa pretenda realizar obra que seja considerada empreendimento habitacional de interesse social, nos termos da Lei Municipal nº 13.083/2007. Considerando a situação hipotética e o disposto na legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) O serviço de consultoria construtiva prestado por terceiro em favor da empresa, ainda que vinculado à obra, não estará abarcado pela isenção.
- (B) A isenção concedida com base na Lei Municipal nº 13.083/2007 não implicará no direito à compensação com importâncias já recolhidas.
- (C) A concessão da isenção para a consecução do empreendimento exime a empresa de cumprir as obrigações acessórias decorrentes da legislação tributária.
- (D) A isenção para a consecução do empreendimento será concedida do período compreendido entre a data de protocolo do pedido de aprovação do empreendimento até a data de expedição do Certificado de Conclusão de Obras – CCO.
- (E) Caso a obra seja realizada pela Companhia de Habitação Popular de Campinas – COHAB, a isenção concedida com base na Lei não abará as taxas públicas.

42. Com base no Decreto Municipal nº 19.723/2017, acerca da incidência e das isenções do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa correta.

- (A) A medida da distância entre equipamento público e qualquer limite do imóvel poderá ser avaliada por meio de software de utilização gratuita.
- (B) Quando a isenção depender de regulamentação ou de requisito a ser preenchido e não sendo satisfeitas estas condições, o imposto será considerado devido a partir do momento em que atestado o descumprimento dos requisitos pela Administração.
- (C) O imóvel que esteja sendo utilizado para a efetiva exploração extrativa vegetal não é sujeito à incidência do IPTU, estendendo-se o benefício necessariamente sobre toda a área do terreno.
- (D) A isenção concedida aos imóveis sujeitos a processos de desapropriação tem início a partir da expedição do decreto considerando a área de utilidade pública.
- (E) A isenção sobre as Áreas de Preservação Ambiental Permanente deverá ser renovada bianualmente, a partir do exercício seguinte àquele em que fora emitido parecer técnico.

43. O instrumento hábil para apuração da categoria construtiva e padrão de classificação do imóvel mediante informações declaradas pelo sujeito passivo ou pelo responsável técnico da obra, nos termos do Decreto Municipal nº 19.723/2017, é a

- (A) Declaração de Atualização Cadastral de Obra Concluída.
- (B) Planilha de Informação Cadastral.
- (C) Planilha de Enquadramento Indireto.
- (D) Declaração de Atualização Cadastral de Início de Obra.
- (E) Declaração de Atualização Cadastral.

44. Suponha que João possua um imóvel de grande dimensão e de elevado valor de mercado e pretenda dar ao espaço uma destinação econômica mais eficiente. Em associação com uma incorporadora, João então celebra um contrato de promessa de compra e venda, em que é ajustada a transferência do bem caso a sociedade empresária execute no espaço a construção de um conjunto empresarial e transfira para João seis salas comerciais em torres que serão construídas.

Considerando a situação hipotética e com base no Decreto Municipal nº 19.723/2017 e na Lei Municipal nº 11.111/2001, que tratam do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa correta.

- (A) Caso seja necessário para assegurar a segurança da obra, o desdobramento do terreno poderá ser realizado, ainda que haja débito de IPTU incidente sobre o imóvel objeto da operação.
- (B) A partir do momento em que finalizada a construção do empreendimento, João não será considerado como contribuinte do IPTU relativo ao terreno.
- (C) O lançamento será distinto para cada unidade autônoma a partir da apresentação, perante a Administração, de cópia da incorporação registrada no ofício de registro de imóveis competente, acrescida, a critério da repartição responsável pela administração do imposto, do respectivo quadro de áreas do memorial descritivo.
- (D) Caso o contrato de promessa de compra e venda não seja levado a registro, a incorporadora não pode ser considerada sujeito passivo do tributo.
- (E) Caso finalizada a obra e constituído o condomínio, caso a conclusão das unidades autônomas ocorra de forma parcial e desta conclusão parcial a fração ideal de terreno das unidades autônomas lançadas não contemple 100% (cem por cento) da área total do terreno em que o condomínio foi constituído, a diferença entre a área total do terreno e a soma das frações ideais das unidades concluídas será adicionada de maneira proporcional às frações ideais das unidades finalizadas.

45. Considere que determinado indivíduo, contribuinte de IPTU, tenha se eximido de efetuar no prazo legal a atualização dos dados no Cadastro Imobiliário e, após instaurado procedimento administrativo tributário, deixe de atender a notificação expedida pela autoridade competente. Considerando a situação hipotética e o disposto na Lei Municipal nº 11.111/2001, assinale a alternativa correta.
- (A) As condutas descritas constituem infração à legislação e estão sujeitas a multa, a ser aplicada de forma cumulativa.
  - (B) Para cálculo das multas baseadas em Unidades Fiscais de Campinas – UFIC, deve ser considerado o valor da UFIC na data da ocorrência da infração à legislação tributária.
  - (C) As multas por infrações às normas estabelecidas na Lei serão triplicadas a cada reincidência.
  - (D) Não será considerada reincidência a repetição de fato decorrido após 1 (um) ano, contado do primeiro dia do exercício seguinte à aplicação da penalidade.
  - (E) O sujeito passivo que procurar a repartição fiscal, antes de finalizado o procedimento da Fiscalização Tributária, para sanar irregularidades relacionadas com o cumprimento de obrigação pertinente ao imposto, fica a salvo das penalidades previstas.
46. Suponha que determinado indivíduo tenha adquirido um terreno no ano de 1990 e no ano de 2000 inicie a construção de um prédio destinado à locação residencial, sendo a obra finalizada no ano de 2003. No ano de 2005, após observar o desenvolvimento da região, o proprietário constrói um novo pavimento na área superior à já construído, sendo a nova obra finalizada em 2007. Considerando que as construções obedecem às exigências urbanísticas, de acordo com a Lei Municipal nº 11.111/2001, para fins de definição da base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), é correto afirmar que
- (A) o ano-base da construção, para fins de aplicação do fator de depreciação, coincidirá com o ano de conclusão da construção e será determinado por documentos oficiais ou arbitrado pela administração tributária.
  - (B) o ano-base da construção, para fins de aplicação do fator de depreciação, considerará o ano base do início das obras.
  - (C) o valor venal do imóvel, utilizado como base de cálculo do IPTU, deverá corresponder ao valor dos prédios construídos.
  - (D) nos casos de ampliação da área construída e nos casos de existência de mais de uma edificação no mesmo imóvel, com anos-base diferentes, o ano-base da construção coincidirá com o ano de início da primeira construção.
  - (E) na determinação do valor venal são consideradas as restrições ao direito de propriedade, bem como o estado de comunhão.
47. Acerca do lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com base no Decreto Municipal nº 19.723/2017 e na Lei Municipal nº 11.111/2001, assinale a alternativa correta.
- (A) A administração tributária poderá deixar de constituir o crédito tributário relativo ao IPTU e taxas imobiliárias cujo montante original, sem o aproveitamento de eventuais valores pagos, seja inferior a 20 UFICs (vinte Unidades Fiscais de Campinas), considerado o valor de cada tributo lançado individualmente.
  - (B) Para efeito de lançamento do imposto, quaisquer modificações introduzidas no imóvel, após operado o fato imponible, serão consideradas no exercício em que introduzidas.
  - (C) O lançamento do imposto, nos casos de imóveis objetos de usufruto ou fideicomisso, será realizado exclusivamente em nome do proprietário.
  - (D) Na hipótese de anexação de fato por conta de edificação comum a mais de um lote de terreno, o lançamento será calculado proporcionalmente à área edificada pertencente a cada lote, e a alíquota a ser aplicada a cada um dos imóveis será igual à alíquota que seria atribuída ao somatório dos valores venais dos imóveis.
  - (E) Em havendo anexação, subdivisão, modificação ou loteamento de imóvel, caso exista débitos tributários sobre os imóveis envolvidos na operação, será imputada a responsabilidade tributária integral pelo débito ao(s) novo(s) titular(es) do imóvel objeto da operação.
48. Acerca do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), com base na Lei Municipal nº 12.392/2005, assinale a alternativa correta.
- (A) O imposto não incide sobre o serviço de transporte público intramunicipal, cuja exploração tenha sido concedida à iniciativa privada.
  - (B) Incide ISS sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.
  - (C) O serviço somente estará sujeito à incidência de ISS caso indicado em lei e caso a atividade constitua atividade preponderante do prestador.
  - (D) O imposto não incide sobre o serviço proveniente do exterior.
  - (E) Caso o serviço indicado na Lei envolva o fornecimento de mercadoria, ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, não incidirá o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

49. Suponha que uma empresa esteja enquadrada no regime tributário do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, e a administração fiscal realize uma ação fiscal com o objetivo de avaliar a legitimidade de suas operações, oportunidade em que solicita o acesso aos livros fiscais e às notas fiscais emitidas pela entidade. Considerando a situação exposta e com base na Lei Municipal nº 12.392/2005, é correto afirmar que
- (A) a autoridade fiscal poderá exigir o cumprimento das obrigações acessórias, desde que não conflitantes com a legislação federal.
  - (B) a empresa deverá recolher o ISS para as operações em que figure como responsável tributário.
  - (C) o ISS não está sujeito ao regime do Simples Nacional, podendo a autoridade fiscal efetuar o lançamento em relação aos serviços prestados sujeitos ao imposto.
  - (D) caso sejam cometidas infrações pelo descumprimento de obrigações acessórias, o valor da pena corresponderá ao valor da maior penalidade, acrescida de 1/3 (um terço).
  - (E) a sujeição do contribuinte ao Simples Nacional retira a competência da autoridade fiscal municipal para avaliar o cumprimento das obrigações tributárias principal e acessória.
50. Suponha que uma empresa do ramo farmacêutico localizada no exterior celebre contrato de prestação de serviço prospecção e representação comercial com sociedade empresária do mesmo grupo empresarial constituída em território nacional. A empresa brasileira, sob a justificativa de que o resultado do seu trabalho produz efeitos fora do território nacional, passa a emitir notas fiscais com a indicação de que a operação não está sujeita ao imposto, deixando de efetuar o recolhimento do tributo. A autoridade tributária, analisando os contratos e as operações financeiras realizadas pelo contribuinte, firma o entendimento de que os serviços estão sujeitos ao tributo municipal. Considerando a situação exposta, a Lei Municipal nº 12.392/2005 e do Decreto Municipal nº 15.356/2005, assinale a alternativa correta.
- (A) O pagamento do tributo no curso da autuação fiscal não implica na desistência de eventual defesa apresentada pelo contribuinte na esfera administrativa.
  - (B) A obrigação tributária principal, quando constituída, será acrescida de multa de 90% (noventa por cento) do valor do tributo.
  - (C) A autuação fiscal somente pode ter como resultado a constituição do tributo e a aplicação de penalidade por cumprimento irregular de obrigação tributária acessória.
  - (D) Em caso de instauração do contencioso administrativo, o contribuinte terá direito a um desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre as obrigações acessórias aplicadas caso efetue o pagamento integral do tributo até o 30º (trigésimo) dia seguinte à notificação da decisão de primeira instância administrativa.
  - (E) As multas por descumprimento de obrigações acessórias serão quadruplicadas em caso de reincidência.
51. A respeito dos incentivos fiscais concedidos com base na Lei Municipal nº 14.947/2014, assinale a alternativa correta.
- (A) A concessão do incentivo fiscal, independentemente do serviço prestado pela empresa, impede de prévio requerimento administrativo.
  - (B) A concessão do benefício não impede que a empresa beneficiada litigue com a Administração sobre qualquer tributo objeto de incentivo.
  - (C) Os benefícios previstos na Lei não podem ser concedidos a empresas optantes do Simples Nacional.
  - (D) A concessão de isenção de IPTU para o imóvel de empresa que execute determinada atividade retroage ao momento em que de início da sua execução.
  - (E) A decisão do Secretário Municipal de Finanças, que indefere o benefício fiscal, está sujeita à recurso direcionado ao Prefeito.
52. Suponha que uma empresa de Biotecnologia se instale no Município de Campinas e passe a gozar dos benefícios fiscais previstos na Lei Municipal nº 14.947/2014. Considerando a sua situação particular e as disposições constantes da Lei, assinale a alternativa correta.
- (A) O recebimento de benefício fiscal previsto na Lei não pode ser cumulado com benefício previsto em lei anterior ou posterior.
  - (B) O benefício fiscal será necessariamente cancelado caso a empresa seja incorporada por outra pessoa jurídica.
  - (C) A empresa recolherá ISS com a alíquota de 3% (três por cento).
  - (D) Eventual cancelamento do benefício fiscal não produzirá efeitos retroativos.
  - (E) A empresa terá o benefício suspenso caso não mantenha os dados cadastrais atualizados junto à Secretaria Municipal de Finanças.

- 53.** Suponha que uma pessoa jurídica do setor farmacêutico localizada em Campinas contrate uma empresa de representação comercial não domiciliada no Município de Campinas para a promoção de vendas de seus produtos na Região Sudeste. Considerando a situação exposta e o disposto no Decreto Municipal nº 15.356/2005, que trata do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), assinale a alternativa correta.
- (A) Essa modalidade de contratação não está sujeita à incidência de ISS.
  - (B) O ISS deverá ser recolhido pela empresa prestadora nos locais em que firmados contratos que sejam resultado do serviço de representação comercial.
  - (C) Caberá à empresa prestadora definir em favor de que ente recolherá o ISS em relação aos serviços que presta.
  - (D) A empresa tomadora deverá recolher o ISS caso a empresa prestadora não possua situação cadastral regular ativa no Cadastro Municipal de Receitas Mobiliárias.
  - (E) O ISS deverá ser recolhido pela empresa prestadora de serviço em favor do Município de Campinas, ainda que possua estabelecimento em outro local.
- 54.** A respeito dos responsáveis tributários pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), com base na Lei Municipal nº 12.392/2005, e no Decreto Municipal nº 15.356/2005, assinale a alternativa correta.
- (A) A ausência de emissão do documento fiscal ou de sua emissão em desacordo com a legislação tributária eximirá o contribuinte pelo recolhimento da diferença apurada.
  - (B) Os responsáveis estão obrigados à apuração e ao recolhimento integral do imposto devido, da atualização monetária, da multa e dos juros, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.
  - (C) O fato do serviço estar sujeito à imunidade não exime o responsável pelo recolhimento do tributo.
  - (D) Responde exclusivamente a sociedade pelos seus créditos tributários, ainda em caso de liquidação de sociedade de pessoas.
  - (E) A Administração Direta Municipal não poderá figurar como responsável pelo recolhimento na fonte de crédito de ISS.
- 55.** Suponha que uma instituição financeira celebre contratos de arrendamento mercantil em moeda estrangeira e seja contribuinte de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Na emissão das notas fiscais e na consideração da base de cálculo do tributo, a instituição utiliza como prática a exclusão do Valor Residual Garantido (VRG), que corresponde ao valor mínimo pago caso a empresa arrendatária exerça a opção de compra do bem alienado. Com base na Lei Municipal nº 12.392/2005 e no Decreto Municipal nº 15.356/2005, assinale a alternativa correta.
- (A) O VGR deve compor a base de cálculo do tributo e deve ser utilizado o valor da cotação relativo ao último dia do mês em que ocorrido o fato gerador, ainda que o seu recebimento seja eventual.
  - (B) O VGR não deve compor a base de cálculo do tributo, caso o seu recebimento pela instituição financeira seja eventual.
  - (C) O VGR deve compor a base de cálculo do tributo e deve ser utilizado para apuração da base de cálculo o valor da cotação relativo à data da celebração do contrato.
  - (D) Os contratos de arrendamento mercantil, de qualquer modalidade, quando celebrados por instituições financeiras, não estão sujeitos à incidência do ISS.
  - (E) O valor da base de cálculo deve corresponder ao valor global do serviço, não autorizando a legislação que a Administração fixe um valor mínimo.
- 56.** O serviço de transporte coletivo, na modalidade Alternativo, nos termos da Lei Municipal nº 12.392/2005, está sujeito a alíquota de
- (A) 0%.
  - (B) 3%.
  - (C) 5%.
  - (D) 3,5%.
  - (E) 2%.
- 57.** Suponha que uma sociedade de profissionais que possua por objeto a prestação de serviços de assessoria econômica e financeira efetue o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) com base no número de profissionais. Considerando a situação hipotética e o disposto na Lei Municipal nº 12.392/2005, é correto afirmar que, para fins de incidência do regime especial de recolhimento de ISS, a sociedade pode
- (A) ser estruturada com a limitação parcial da responsabilidade dos sócios.
  - (B) desenvolver, excepcionalmente, atividade diversa daquela a que estejam habilitados profissionalmente os sócios.
  - (C) participar, na condição de sócia, de outra sociedade empresária.
  - (D) possuir filial ou posto avançado dentro do Município de Campinas.
  - (E) ter sócio que, exclusivamente, exerça a função de sua administração, sem exercer a função de assessoria econômica.

- 58.** A respeito do regime de Aproveitamento do Imposto pago a Maior do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), com base no Decreto Municipal nº 15.356/2005, assinale a alternativa correta.
- (A) Caso o contribuinte realize parcelamento administrativo, o valor pago a maior poderá ser utilizado no abatimento do valor devido e inserido no acordo.
  - (B) Caso previamente autorizado pela Administração, o aproveitamento não estará sujeito à homologação da autoridade lançadora, desde que devidamente realizada a anotação no Livro Fiscal.
  - (C) Independentemente do valor, o aproveitamento depende de autorização administrativa e pode ser realizado caso o recolhimento a maior tenha se dado no regime de apuração mensal.
  - (D) O valor pago a maior deverá ser convertido em Unidades Fiscais de Campinas – UFIC, com base no valor da UFIC vigente na data do aproveitamento.
  - (E) O aproveitamento não poderá ser realizado caso o tributo seja recolhido sob o regime de estimativa, ainda que em créditos de imposto a vencer.
- 59.** A respeito do Recibo Provisório de Serviços-Simplificado – RPS-S, com base na DRM/SMF nº 001/2010, assinale a alternativa correta.
- (A) O prazo para registro e transmissão do RPS-S para sua conversão em NFS-e se encerrará no dia 5 do mês subsequente ao da prestação dos serviços ou no dia útil subsequente, caso o prazo se encerre em final de semana ou feriado.
  - (B) Não será permitida a inserção da logomarca do prestador de serviços no RPS-S.
  - (C) O RPS-S poderá ser utilizado por empresa que desenvolva atividade para a qual seja admitida dedução na base de cálculo do ISSQN.
  - (D) O RPS-S deverá conter, sob pena de nulidade, a identificação do tomador de serviços pessoa natural.
  - (E) O RPS-S será gerado em lotes de 50 (cinquenta) unidades.
- 60.** Com base na Instrução Normativa DRM/SMF nº 004/2009, a respeito da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no Município de Campinas, assinale a alternativa correta.
- (A) Os valores do ISSQN declarados na NFS-e constituem indício de confissão de dívida, devendo ser considerados na ação fiscal que precede à inscrição em Dívida Ativa.
  - (B) O prestador de serviço obrigado à emissão da NFS-e, deverá emití-la para todos os serviços indicados na Instrução Normativa.
  - (C) A NFSe Campinas poderá ser cancelada por meio do Sistema NFSe Campinas, até o último dia do mês subsequente ao de sua emissão.
  - (D) A emissão da NFS-e é uma obrigação tributária acessória obrigatória a todos os contribuintes enquadrados no regime de lançamento por homologação e por estimativa.
  - (E) A NFS-e deverá ser emitida no momento em que realizado o pagamento pela prestação de serviços.
- 61.** Suponha que um condomínio empresarial localizado no Município de Campinas, cujas unidades físicas são ocupadas por empresas de vários ramos comerciais distintos e que prestam atividades passíveis de incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), deseja obter maiores informações sobre a natureza de suas obrigações fiscais. Com base na Instrução Normativa DRM/SMF nº 01/2014, que dispõe sobre a entrega da Declaração de Ocupação dos Condomínios Empresariais de Campinas – DOCEC, é correto afirmar que
- (A) a DOCEC poderá ser retificada até 30 (trinta) dias depois de finalizado o prazo para seu envio.
  - (B) a DOCEC deverá ter por objeto exclusivamente informações relativas às atividades prestadas pelo próprio condomínio, não podendo conter dados relativos a terceiros.
  - (C) a apresentação da DOCEC não seria obrigatória caso se tratasse de um condomínio residencial.
  - (D) a periodicidade do DOCEC é quadrimestral.
  - (E) do dia 1º até dia 31 de janeiro, deverá o condomínio preencher e enviar as informações relativas à ocupação dos imóveis nos meses relativos ao semestre anterior.

- 62.** Uma empresa, após observar que efetuou o recolhimento a maior de Taxa de Fiscalização de Anúncios, apresenta pedido administrativo para a restituição da quantia paga. De acordo com a Instrução Normativa DRM/SMF nº 04/2018, a competência para proferir decisão singular sobre a pretensão do contribuinte será do(a)
- (A) Coordenador da Coordenadoria Setorial de Fiscalização Mobiliária.
  - (B) Diretor do Departamento de Receitas Imobiliárias.
  - (C) Coordenador da Coordenadoria Setorial de Programação Fiscal e Protocolo.
  - (D) Auditor Fiscal.
  - (E) exclusiva do Secretário Municipal de Finanças.
- 63.** De acordo com a Lei Municipal nº 12.391/2005, que trata do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos – ITBI, não se inclui na hipótese de incidência do imposto quaisquer atos onerosos translativos ou constitutivos de direitos reais sobre imóveis, a operação de
- (A) cessão de direitos possessórios.
  - (B) divisão de patrimônio comum em caso de separação quando o quinhão atribuído corresponda ao quinhão a que o cônjuge tenha direito.
  - (C) enfiteuse.
  - (D) cessão de direitos à sucessão.
  - (E) a cessão de compromisso de venda e compra.
- 64.** João e Carlos celebram contrato de promessa de compra e venda de um imóvel e averbam o instrumento na matrícula do bem. Considerando a situação exposta e a Lei Municipal nº 12.391/2005, que trata do Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais e a eles relativos – ITBI, assinale a alternativa correta.
- (A) Caso as partes concretizem a transferência da propriedade e posteriormente decidam desistir da operação, o valor pago à título de ITBI à Administração deverá ser restituído.
  - (B) O ITBI somente deverá ser devido caso concretizada a transferência da propriedade.
  - (C) Na hipótese do contrato de promessa de compra e venda ser declarado inválido por decisão judicial liminar, a Administração deverá restituir o valor pago à título de ITBI.
  - (D) O ITBI pago por ocasião da constituição do direito real pela promessa de compra e venda deverá ser aproveitado na lavratura e no registro do instrumento de transmissão da propriedade.
  - (E) O pagamento do ITBI deverá ser realizado no momento em que celebrado o contrato de promessa de compra e venda.
- 65.** Na aquisição do imóvel por usucapião reconhecida judicialmente, o Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais e a eles relativos – ITBI, nos termos da Lei Municipal nº 12.391/2005
- (A) não incidirá sobre a operação.
  - (B) deverá ser recolhido no momento do registro da sentença no cartório competente, considerado o valor do bem no momento do trânsito em julgado da ação.
  - (C) deverá ser recolhido na propositura ação, considerando o valor do bem no momento do seu ajuizamento.
  - (D) deverá ser recolhido no momento da propositura ação, considerando o valor do bem declarado pelo requerente da propriedade.
  - (E) deverá ser recolhido no momento do registro da sentença no cartório competente, considerado o valor do bem no momento em que completados os requisitos para a aquisição da propriedade.
- 66.** Considere que um bem imóvel pertencente a uma sociedade empresária foi transferido a uma outra pessoa jurídica em razão da fusão entre as empresas. A pessoa jurídica adquirente foi constituída um ano antes da transferência da propriedade e nos dois anos após a aquisição contou com 40% (quarenta por cento) de sua receita operacional com a locação de bens imóveis e 15% (quinze por cento) com transação decorrente da compra e venda de imóveis. Considerando a situação hipotética e o disposto na Lei Municipal nº 12.391/2005, que trata do o Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais e a eles relativos – ITBI, assinale a alternativa correta.
- (A) Caso a empresa encerre suas atividades antes de passados três anos após a aquisição, o ITBI não será devido.
  - (B) A receita obtida com a locação de bem imóvel não se computa para fins de apuração da incidência do ITBI.
  - (C) Para a fins de apuração da incidência do ITBI, será necessário avaliar a receita operacional no terceiro ano após a transferência da propriedade.
  - (D) É possível confirmar, com os dados disponíveis, que operação está sujeita à incidência do ITBI.
  - (E) O ITBI será exigível de imediato nos casos em que a pessoa jurídica adquirente tiver por objetivo social atividade relacionada à compra e venda de bens ou a direitos relativos a imóveis, a sua locação ou arrendamento mercantil.

- 67.** De acordo com a Lei Municipal nº 12.391/2005, que trata do Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais e a eles relativos – ITBI, a base de cálculo corresponderá
- (A) ao valor declarado pelo contribuinte, deduzidas eventuais dívidas que onerem o imóvel transmitido.
  - (B) tratando-se de arrematação judicial, ao valor de avaliação judicial do imóvel
  - (C) ao valor da base de cálculo utilizada para o cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
  - (D) no caso de transmissão de sua propriedade, ao valor de venda do imóvel, reduzido em 1/3 (um terço).
  - (E) tratando-se de imóvel rural, ao valor total do imóvel constante na declaração para fins de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural ou o valor do instrumento de transmissão, prevalecendo o que for maior.
- 68.** Com base na Lei Complementar nº 42/2013, que dispõe sobre as formas de pagamento de créditos tributários e não tributários, relativamente ao parcelamento, assinale a alternativa correta.
- (A) O parcelamento se considera celebrado a partir da assinatura do termo de acordo.
  - (B) O parcelamento será rescindido em caso de inadimplemento de duas parcelas.
  - (C) O parcelamento poderá ser formalizado em até 180 (cento e oitenta) parcelas.
  - (D) A formalização do termo de acordo de parcelamento implica em confissão irrevogável e irretroatável dos débitos.
  - (E) Não será admitido mais de um parcelamento por devedor.
- 69.** De acordo com a Lei Complementar nº 42/2013, que dispõe sobre as formas de pagamento de créditos tributários e não tributários, os encargos financeiros serão de 4% (quatro por cento) de juros ao ano nos parcelamentos entre
- (A) sessenta e um e cento e vinte parcelas.
  - (B) uma e três parcelas.
  - (C) sete e sessenta parcelas.
  - (D) uma e sessenta parcelas.
  - (E) cento e vinte e cento e oitenta parcelas.
- 70.** O Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais e a eles relativos – ITBI, de acordo com a Lei Municipal nº 12.391/2005, será calculado mediante a aplicação de uma alíquota de
- (A) 3%.
  - (B) 5%.
  - (C) 1,9%.
  - (D) 4%.
  - (E) 2,7%.

